

# Notícias da Infância e Juventude

14 de maio de 2012

## Judiciário e Executivo discutem assistência a mulheres e crianças

O Programa Acolher, proposto pelo Judiciário, realizou seu I Encontro Temático. A ação teve como objetivo qualificar profissionais da Rede Estadual de Proteção Social e magistrados e servidores do Poder Judiciário, para o atendimento a mulheres que manifestam interesse em entregar seu filho para adoção. O evento aconteceu na última sexta (11), no auditório do bloco G da Universidade Católica de Pernambuco, e contou com pouco mais de 250 participantes.

O Programa Acolher propõe a articulação e integração de ações entre o Judiciário e a Rede de Proteção Social do Executivo, com a finalidade de promover a assistência jurídica e psicossocial a mulheres que não possam ou não queiram permanecer com suas crianças. Desta forma, busca-se evitar práticas de infanticídio, abandono e adoção ilegal de crianças.

O Encontro foi aberto pelo



Para alertar sobre tais preconceitos, o Encontro contou com a presença da psicóloga Maria Antonietta Pisano Motta, coordenadora técnica do Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo (GAASP). A psicóloga procurou esclarecer que amor materno não é inato, mas surge da relação desenvolvida entre mãe e filho. “Quando um filho não é desejado e permanece com a mãe, essa mulher pode engrossar a lista das que maltratam e ignoram a criança”, advertiu Maria Antonietta, ao falar das causas da rejeição de mulheres a suas crianças.

Em Recife, o Programa Mãe Legal, desenvolvido pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife, tem prestado assistência a mulheres com a intenção de realizar a entrega do filho. Na oportunidade, o Mãe Legal apresentou seus resultados, ao longo de dois anos de implantação. De 40 casos acompanhados, 72% das mães desistiram de entregar seu filho, 10% das crianças permaneceram com parentes da família ou o pai, e apenas 18% delas foram entregues à adoção.

coordenador da Infância e Juventude, des. Luís Carlos Figueirêdo. O magistrado deu ênfase aos avanços na legislação para garantia da convivência familiar saudável de crianças e adolescentes, destacando a possibilidade de inserção desses em família substituta, como alternativa à impossibilidade de permanência da criança ou adolescente em sua família de origem.

O evento também teve como proposta romper os preconceitos acerca da mulher que pretende entregar sua criança à adoção, a fim de que as instituições e os profissionais responsáveis por seu atendimento não a submetam a constrangimentos. “É preciso entender que o Judiciário é um lugar de acolhimento. É por isso que o projeto chama-se Acolher. A mulher será acolhida e não será demonizada se não puder ficar com seu filho. Ela será atendida e a seu filho será dado o destino mais adequado ao seu futuro”, ressaltou o coordenador da infância e juventude.

## O mito da maternidade é discutido pela psicóloga Antonietta Pisano

O conselheiro tutelar de Recife, Geraldo Nóbrega, e a assistente social Patrícia Lopes, da Maternidade Barros Lima, trouxeram experiências e exemplo de ações já implementadas a partir do programa Mãe Legal. A socialização das experiências da capital permitiu a visualização das necessidades de integração que Acolher pretende efetuar, e reforçou nos presentes a intenção de abraçar a proposta. “Eu vou procurar levar as orientações do programa para o dia a dia da Vara da Infância e Juventude de minha comarca, que infelizmente não é exclusiva, na medida do possível”, afirmou o juiz de Gravatá Tomás de Aquino.

O Encontro Temático foi encerrado com uma oficina direcionada a 50 multiplicadores da rede de proteção social, previamente selecionados. Durante a oficina, os participantes discutiram a construção de procedimentos do acolhimento às mulheres que serão atendidas pelo Programa.